

e substituição da Procuradora-Geral Distrital, e de intervenção processual.

Entre outras funções, foi Procuradora da República no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), da PGR. Funções de direcção da investigação e de coordenação da criminalidade especialmente complexa, organizada, transnacional, e coordenação de equipa especial de investigação de criminalidade grave e especialmente violenta. Regulares contactos com autoridades judiciárias da UE; Eurojust; Rede Judiciária Europeia; OLAF. Tutela do estudo da corrupção em Portugal, no âmbito da Parceria PGR/DCIAP — CIES/ISCTE. Frequente cooperação com o Centro de Estudo Judiciários (CEJ).

Directora-Geral-Adjunta do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Direcção das áreas de fiscalização e de investigação criminal; recolha, tratamento, análise e difusão da informação criminal. Participação directa nos trabalhos de elaboração da Convenção Contra o Tráfico de Pessoas — *Grupo CAHTEH*, do Conselho da Europa. Regular participação no Grupo «CATS», do Conselho Europeu. Contactos frequentes com congéneres, designadamente da UE e da CPLP.

Membro da Unidade de Magistrados do Organismo de Luta Anti-Fraude (OLAF), da Comissão Europeia. Condução de investigação de crimes de fraude lesiva dos interesses financeiros da UE e de corrupção. Ponto de contacto da Unidade para as autoridades judiciárias de Portugal e Roménia. Acompanhamento do envio de relatórios às autoridades judiciárias, especialmente de Portugal e Roménia, para instauração de procedimentos criminal e posterior assistência. Formação de Magistrados e Elementos de Polícia, da Roménia, na área da fraude lesiva dos interesses financeiros da UE, corrupção e falsificação da moeda única, e análise da legislação nacional, tendo em vista a adesão do país à UE. Contactos regulares com a Eurojust.

Procuradora da República nas Varas Criminais de Lisboa, com intervenção no processo comum colectivo, designadamente nas fase de julgamento e recurso.

Directora-Geral-Adjunta da Polícia Judiciária. Direcção da área de apoio directo à investigação criminal; da recolha, tratamento, registo, análise e difusão da informação criminal. Direcção e coordenação do projecto/programa de modernização e informatização global da PJ, designadamente dos meios de apoio directo e auxiliares da investigação criminal, incluindo o Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC).

Elaboração e apresentação de candidaturas ao «Programa Oisin», da Comissão Europeia, em parceria com o Corpo Nacional de Polícia, de Espanha, com a participação de Cabo Verde, na área da formação de analistas de informação criminal. Contactos regulares com Europol; Interpol e congéneres.

Delegada do Procurador da República nas comarcas, de competência genérica, da Golegã e Torres Novas. Implementação e direcção da 1.ª Comissão de Protecção de Menores de Torres Novas (1996-1997);

Licenciatura em Direito — Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (1975-1980);

II Curso Especial de Formação de Magistrados do Ministério Público — Centro de Estudos Judiciários (1981-1982).

Participação directa e frequência de diversificadas acções e actividades de formação, nacional, europeia e internacional, nomeadamente criminalidade transnacional; económica e financeira, também lesiva dos interesses financeiros da UE; tráfico de pessoas; tráfico internacional de droga; recuperação de activos provenientes do crime; branqueamento de capitais; meios de recolha de prova em processo penal; cooperação judiciária internacional em matéria penal, direito do ambiente; família e menores.

Desde 2005, perito nacional e ponto de contacto para as Equipas de Investigação Conjuntas (EIC) — *Artigo 13 da Convenção de 29.05.2000 da UE*; Membro do «*Projecto Phoenix*», liderado pela PGR, em parceria com Espanha e Holanda e co-financiado pela UE, relativo à recuperação de produtos do crime; Frequente colaboração com o Instituto de Estudos Superiores Militares; Perito nacional indicado para avaliação do mecanismo de implementação da Convenção contra a Corrupção, das Nações Unidas (2010); Membro da delegação da presidência da UE à 2.ª Conferência de Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (2008); Perito do «*Projecto PHARE*» (anticorrupção) da UE, visando a avaliação das instituições, reforma legislativa e formação de Magistrados e Elementos de Polícia, da Roménia, para a adesão à UE (2006-2007); Contactos frequentes com a ERA (Academia de Direito Europeu), com participação em acções de formação, (2002-2003); Elemento de júris de avaliação de provas orais de acesso ao CEJ (2000-2001); Formadora de Magistrados no âmbito da formação ministrada pelo CEJ (1986-1997).

205472914

Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade dos Administradores da Insolvência

Aviso n.º 24431/2011

Faz-se público que, relativamente às listas dos Administradores da Insolvência, publicadas *Diário da República*, 2.ª série, n.º 92, de 12 de Maio de 2011, se procedeu às seguintes alterações:

Lista dos administradores da insolvência do distrito judicial de Coimbra

Ângelo António de Almeida Pereira Dias, sócio da sociedade Ângelo Dias — SAI, Unipessoal, L.ª, Centro Cívico, Edifício Sporting, 17, 2.º frente, 6200-073 Covilhã (a).

Lista dos administradores da insolvência do distrito judicial de Évora

Ângelo António de Almeida Pereira Dias, sócio da sociedade Ângelo Dias — SAI, Unipessoal, L.ª, Rua Ventura Coelho, 14, 3.º esquerdo, 8000-499 Faro (a).

Lista dos administradores da insolvência do distrito judicial de Lisboa

Ângelo António de Almeida Pereira Dias, sócio da sociedade Ângelo Dias — SAI, Unipessoal, L.ª, Avenida de Berna, 35, 1.º direito, 1050-038 Lisboa (a).

Lista dos administradores da insolvência do distrito judicial do Porto

Ângelo António de Almeida Pereira Dias, sócio da sociedade Ângelo Dias — SAI, Unipessoal, L.ª, Rua Engenheiro Adelino Amaro da Costa, 15, sala 5. 3, 4400-134 Vila Nova de Gaia (a).

(a) Especialmente habilitado a praticar actos de gestão.

6 de Dezembro 2011. — O Presidente da Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade dos Administradores da Insolvência, *João Augusto de Moura Ribeiro Coelho*.

205476138

Aviso n.º 24432/2011

Ao abrigo do disposto nos n.º 2 e 3 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso da competência que me foi delegada pela Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade de Administradores da Insolvência, por deliberação publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 07 de Julho de 2005, faço público que, relativamente às listas dos Administradores da Insolvência publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 92, de 12 de Maio de 2011, fiz anotar o seguinte cancelamento:

José Ribeiro de Abreu

12 de Dezembro de 11.— O Presidente da Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade dos Administradores da Insolvência, *João Augusto de Moura Ribeiro Coelho*.

205476057

Aviso n.º 24433/2011

Faz-se público que, relativamente às listas dos Administradores da Insolvência, publicadas *Diário da República*, 2.ª série, n.º 92, de 12 de Maio de 2011, se procedeu aos seguintes aditamentos:

Lista dos administradores da insolvência do distrito judicial de Coimbra

Ana Domingues Ferreira Alves, Rua da Piedade, 43, sala 36, 4050-481 Porto (a).